
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O NOVO MERCADO PARA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES (PR)

Élister Lílian Brum Balestrin¹
Hieda Maria Pagliosa Corona²
Miguel Angelo Perondi³
Mauricio Fanin⁴

Área de conhecimento: Economia Doméstica
Eixo Temático: Políticas Públicas

RESUMO

O presente artigo procura avaliar a construção social do novo mercado institucional da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar de Capitão Leônidas Marques (PR). Ao correlacionar a transformação do mercado globalizado e alimentação saudável, torna-se necessário a preocupação com produtos em quantidade e qualidade adequada, para que seja garantida uma alimentação saudável e o fortalecimento da agricultura familiar. Nesse cenário, as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional vêm sendo reformuladas. O Programa de Alimentação Escolar, então passa a ser um dos focos da análise, com a promulgação da Lei Federal nº 11.947/2009 cria-se um novo mercado institucional para agricultura familiar, propiciando a aproximação da produção e consumo, além de oportunidades de encurtamento da cadeia de abastecimento. No caso do município de Capitão Leônidas Marques, os dados têm mostrado evidências de superação do índice de alcance dos 30% de produtos originários da agricultura familiar na composição da alimentação escolar, porém ainda há necessidade de inovar e buscar estratégias para sanar as dificuldades encontradas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna vem apresentando um padrão alimentar insustentável, de segurança alimentar e nutricional decorrente de uma produção alimentar baseada

¹ Nutricionista, Especialista em Ciências da Nutrição Humana e Saúde Pública, Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

² Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

³ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

⁴ Médico Veterinário, Especialista em Clínica de Ruminantes, Mestrando em Ciência Animal pela Universidade Paranaense - Campus Umuarama.



na intensa mecanização e utilização de agentes químicos e associado ao consumo e formação de hábitos alimentares inadequados tem levado a preocupações significantes.

Este cenário vem se constituindo desde a década de 70 com a Revolução Verde que passou a buscar maior produtividade de alimentos, no entanto, esqueceu-se a potencialidade e significância do valor nutricional, da simbologia alimentar, que pode ser evidenciada por uma tríade - cultura, sociedade e ambiente.

Leis (1996), ao discutir os processos de desenvolvimento e modernização centrados no mercado e no estado, julga necessário destacar que a racionalização da vida moderna distanciou as pessoas da sociabilidade dos laços familiares e de valores tradicionais de solidariedade e de caráter religioso.

Esse distanciamento dos valores tradicionais e o avanço da racionalidade do mercado vão de encontro ao pensamento de Giddens (1991), que em suas concepções sobre a descontinuidade, que é delimitada pelo ritmo de mudança nítido que a era da modernidade coloca em movimento as civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais ativas que outros sistemas pré-modernos, mas a aceleração da mudança em condições de modernidade é derradeira. O autor alerta para o fato de que o momento atual de desenvolvimento das sociedades aponta para uma grande mudança, pois a modernidade é tensionada por seus próprios resultados, necessitando preocupar-se com suas realizações, avanços, mas, também, com os limites e riscos que esse modelo promove.

Ao correlacionar a transformação do mercado globalizado e a alimentação saudável tornam-se cada vez mais necessário a preocupação com produtos primários em quantidades e qualidades adequadas, para que assim seja garantida uma alimentação saudável e o fortalecimento da agricultura familiar, fomentando a diversidade alimentar.

Com base nessa correlação toma-se nota da importância de estratégias para reformulações de políticas públicas, onde os programas alimentares tornam-se necessários para o enfrentamento de problemas nutricionais, ao mesmo tempo



como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, tem-se pautado em políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), as quais se estabelecem por dois componentes: um relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento, e o outro relacionado às práticas alimentares e ao estado nutricional.

Maluf (2007), a partir desses componentes propõe-se um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão na cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade.

O Programa de Alimentação Escolar (PAE), então passa a ser um dos focos da análise. Com a promulgação da Lei Federal nº 11.947/2009 se cria um novo mercado institucional para propiciar a aproximação de produção e consumo, criando oportunidades de se alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional, num mercado diferenciado. Neste contexto, o presente artigo pretende abordar a construção social deste novo mercado institucional da agricultura familiar inserida no Programa de Alimentação Escolar, tendo como referencia o caso do município de Capitão Leônidas Marques (PR).

Assim, primeiramente procurar-se-á elucidar a transformação no meio ambiente rumo à insegurança alimentar, posteriormente, a construção social de segurança alimentar, seguindo a verificação de como foi construído o novo mercado institucional para agricultura familiar inserida no Programa de Alimentação Escolar, por fim, elucidar-se-á o caso do PAE de Capitão Leônidas Marques através de pesquisa documental.

1 TRANSFORMAÇÃO NO MEIO AMBIENTE RUMO A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Apesar de o período colonial atrelar a exploração e produção agrícola, no século XVI, surgem preocupações com as culturas alimentares em função das



monoculturas (BELIK et al., 2001). Ainda segundo os mesmos autores, desenvolveu-se necessidade de utilização de mão de obra para produzir e comercializar alimentos em condições não remuneradas e destinadas à exportação, gerando uma escassez de alimentos e atraso nas estruturas de comercialização que elevam o valor dos alimentos, agravando conseqüentemente o quadro deficiente na oferta alimentar.

A desestruturação da agricultura torna-se nítida com aumento no valor dos alimentos, gerando problemas na produção, no consumo e na distribuição de alimentos. Onde o hábito de se alimentar constitui uma relação indireta com a natureza, sobretudo quando atrelada ao processo capitalista.

O capitalismo, para Marx, rompe a interação metabólica entre homem e natureza, pois, separa o camponês da terra de uma relação íntima e tradicional com o solo, impedindo a este a devolução de seus elementos constituintes, consumidos pelo homem tendo como uma das formas o alimento (FOSTER, 2005). Ainda segundo o mesmo autor, para Marx, todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte do roubar o aumento da fertilidade tanto do solo como do trabalhador.

O agricultor familiar que no passado vivia dos alimentos que colhia e ainda comercializava os excedentes, deixa de produzir para si e produz para o grande fazendeiro, vendendo sua força de trabalho para poder comprar alimentos nem sempre suficientes e saudáveis (BRANDÃO, 1995). Agrega-se neste contexto, a importância das condições com o meio ambiente.

Na visão de Sachs (1994), em sua formulação das estratégias de transição para o século XXI, quando relaciona meio ambiente, aponta o princípio de que essas, por sua vez, devem tender a modular a demanda, induzindo simultaneamente mudanças de estilo de vida, de modos de consumo e de funções de produção, recorrendo a técnicas respeitosas do meio ambiente e uma escolha cuidadosa dos lugares.

Segundo Touraine (1994), a ideia de modernidade definiu-se como o contrário



de uma construção cultural, como a revelação de uma realidade objetiva. Eis porque ela se apresenta de maneira mais polêmica que substantiva. Para ele, a modernidade passou a ser a antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão.

Analisando essa antitradição enfatizada por Touraine, aponta-se um ponto preocupante referente às transformações que a alimentação passa com a modernidade, pois adquire característica singular, que prendem a um objetivo principal de mercadoria aliada ao capitalismo. Os alimentos como mercadoria, em muitos casos, deixam de preservar a cultura alimentar e prática preventiva na produção e prevenção voltada tanto a saúde como ao meio ambiente.

De acordo com a contribuição de Menashe et al. (2008), a comida está relacionada a representatividade na sociedade:

O quê se come, com quem se come, quando, como e onde se come, as prescrições e proscições alimentares são definidas pela cultura. É assim que as práticas, classificações e representações da alimentação indicam o *status* de um indivíduo em uma sociedade, bem como a cozinha de um grupo social, agindo na conformação da relação de pertencimento de seus membros, expressa sua identidade. A comida pode, então, ser tomada como linguagem, como texto cultural que fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais e de visões de mundo (MENASCHE et al., 2008, p. 147).

Woortmann (1990), na mesma perspectiva, defende que os alimentos na sociedade não são apenas ingeridos, mas também pensados, apresentando um significado simbólico. Entretanto, o alimento como cultura tem perdido o sentido e provocado uma insuficiência nutricional. Segundo Cascudo (2004), um dos grandes fatores desta situação nutricional atual é a decadência nacional da refeição doméstica, o abandono dos pratos tradicionais e suas identidades.

Atualmente, compra-se o alimento sem saber ao certo de onde vem, como foi cultivado ou processado, escolhem-se embalagens cheias de palavras e idéias mais do que alimentos, quase não há contato manual porque os alimentos já vêm



praticamente prontos, a cor, o sabor e o odor são muitas vezes diferentes do original, entre outras inovações da modernidade (POUPEL, 2006).

Todo esse processo de mudança de hábitos alimentares tem um significativo impacto, tanto no processo saúde-doença, como na degradação ambiental. O elucidado apóia-se na ideia de descontinuidade, que segundo Giddens (1991, p.10), “os modos produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não têm precedentes”. Ainda segundo o mesmo autor, tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as mudanças advindas com a modernidade são mais significativas que outras transformações características dos períodos anteriores.

Certamente existe uma continuidade entre o tradicional e o moderno, no entanto, as mudanças dos últimos séculos foram abrangentes nos seus impactos que necessita de ajuda limitada do conhecimento de períodos anteriores para a tentativa de interpreta-las (GIDDENS, 1991).

A implementação das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição neste contexto, precisam ser ativadas de maneira que os projetos voltados para a alimentação coletiva sejam devidamente estruturados, de maneira que considere as transformações precedentes, envolvendo práticas conscientes desde o cultivo alimentar até sua distribuição, sendo o fortalecimento da agricultura familiar uma das possibilidades para a melhoria da condição alimentar e nutricional no Brasil.

Neste mesmo axioma, pode-se adjudicar o citado pelo Banco Mundial/FAO (2008), em que a agricultura é uma ferramenta de desenvolvimento vital para o cumprimento da Meta de Desenvolvimento do Milênio que propõe reduzir pela metade até 2015, a proporção da população que sofre com a extrema pobreza e a fome. Os programas públicos, então passam a ser úteis na integração da saúde humana e na aproximação e fortalecimento da agricultura familiar.



2 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As implicações sociais com o fluxo migratório do campo para a cidade alteram a configuração econômica e social do país na década de 70, onde Delgado (1985), atribui esse movimento a intensificação da industrialização e urbanização, acompanhada pela demanda de emprego não agrícola, de alimentos, de valorização de terras agrícolas e solo urbano. O mesmo autor ainda remete-se a mudança da base técnica da agricultura, que consiste na incorporação de insumos e equipamentos utilizados, substituindo o modo de produção tradicional.

Esse processo pode ser definido pela mercantilização, onde o valor de troca assume uma importância não mais nos valores, e sim na importância da economia. Segundo Perondi (2009), a mercantilização, portanto, procurou eliminar os antigos padrões de relacionamento social e os recolocou baseada num sistema de mercado criador de preços. Nesta perspectiva, o consumo crescente de produtos industrializados ou semipreparados fez com que uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acabasse por seguir outros circuitos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os locais de comercialização (BELIK et al., 2001).

Segundo Goodman (2003), esse movimento de produção mundial está na lógica de produção em massa, em que a qualidade é padronizada e convencional para a produção doméstica, sendo esta qualidade centrada na confiança, na tradição e no local, onde é produzida pelas trocas socionaturais.

Em termos de consumo alimentar, pode-se atrelar a confiança. Cujas seu significado está conexo ao fato de estar inexistente o acompanhamento de todas as instâncias dos trabalhos, ações e pensamentos de maneira clara e incontestável. Por este motivo, existe a necessidade de um sistema chamado perito, que seria dependente de uma autoridade qualificada para avaliar todas estas fases que envolvem a confiança e um conjunto de perigos e riscos nos procedimentos ditos conhecidos e compreendidos (GIDDENS, 1991).



A confiança é gerada pela lealdade e segundo Giddens (1991, p. 36) pode ser definida como “a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que esta crença expressa uma fé na probabilidade ou amor de outro, ou na correção de princípios abstratos”.

E justamente essa confiança que relacionamos na escolha alimentar poderá influenciar hábitos alimentares inadequados, pois há dificuldades para o consumidor em poder fazer suas escolhas, ficando em dúvida qual alimento tem melhor qualidade. E essa por sua vez, é inteiramente centrada e dependente de técnicas agrícolas saudáveis. Desta forma, o Estado vem discutindo políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, incorporando a produção e seu consumo mais saudável, buscando a aproximação do produtor com o consumidor.

Segundo Gomes Júnior (2007), a Segurança Alimentar e Nutricional pretendida se revela como um cenário em que, para sua construção, concorreram arranjos de políticas, programas e iniciativas desenvolvidas nas três esferas do Estado, na medida em que sua própria organização prevê nas instâncias central, regional e local, instrumentos de competência executiva autônomos. Porém, encadeados de modo a inibir conflitos e contradição na operação entre eles, numa indiscutível assunção de que as questões objeto das políticas públicas, independente da natureza delas, carregam consigo distintas dimensões relacionadas, tanto isolada quanto conjuntamente, às atribuições de cada uma das esferas de governo.

São três os pontos norteadores da SAN: a qualidade nutricional dos alimentos, inclusive a inexistência de componentes químicos que possam contundir a saúde humana; os hábitos alimentares característicos de cada grupo social; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a produção e presença de alimentos de forma permanente (MALUF et al., 2000).

Neste cenário, os programas públicos alimentares como o Programa de Alimentação Escolar, busca a integração da saúde do escolar com a abertura de novos mercados institucionais para os agricultores, em torno da promoção de



práticas ambientais seguras. De acordo com Sachs (2009), essas práticas exigem uma reeducação da produção e dos modos de consumo vigente, com uso racional dos recursos naturais disponíveis utilizando estratégias adequadas que favoreçam o desenvolvimento das sociedades.

3 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O NOVO MERCADO INSTITUCIONAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A alimentação escolar é uma política estruturante da Segurança Alimentar e Nutricional no nosso país, a mesma, não se limita a uma ação assistencialista de distribuição de alimentos, mas atua na consolidação da produção interna de alimentos, diversificando e buscando a identidade local ou regional, ao mesmo tempo criando mercado institucional para a Agricultura Familiar (FROELICH, 2010).

Ao analisar os mercados como estrutura social, enraízam-se os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros (ABRAVOMAY, 2004). O que reconecta os agricultores em sua produção é a busca pela diversificação centrada, no citado por Ellis (1998), no processo em que as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades a fim de sobreviver e melhorar seu padrão de vida.

O Programa de Alimentação Escolar, que tem como objetivo suprir as necessidades nutricionais dos estudantes durante permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, assim como, formar e promover hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2008). Esse último passa a ser um dos focos da análise porque acessar alimentos saudáveis em quantidade e qualidade desejada é a base que propicia a aproximação da produção e consumo, encurtando a cadeia de abastecimento e criando oportunidades de novos mercados, o que melhora a sobrevivência da agricultura familiar e, conseqüentemente, a Segurança Alimentar e Nutricional como um todo.

Atualmente o PAE é responsável por 45,6 milhões de estudantes da



educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). Nasceu em 1954, partindo das discussões e atividades da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), e também por influência da distribuição de leite em pó desnatado, recebido da Organização das Nações Unidas (ONU) e Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para ajuda das crianças em idade escolar, tendo elas o leite como merenda.

A partir de 1999, promoveu-se à ampla redefinição de funções e responsabilidades entre órgãos envolvidos no programa, momento em que a descentralização significou a transferência da execução do PAE do nível federal para os níveis estaduais e municipais, que passaram a receber os recursos diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a execução do programa. Esses recursos devem ser destinados, exclusivamente à compra e distribuição de alimentos para os alunos de toda educação básica das escolas públicas e filantrópicas (BRASIL, 2003).

Em 2009 surgem novas legislações - Lei Federal nº 11.947/2009 e a Resolução nº 38/2009 - em que ocorre uma ligação entre o PAE e o fortalecimento da agricultura familiar local, determinando a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. Com essa lei, R\$ 930 milhões foram investidos em 2011 no país, na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2012).

Com essa nova determinação, conquista-se a criação de novos mercados institucionais para a agricultura familiar, valorização da produção local e regional, preservação de aspectos sociais, culturais e ambientais e estimulando o desenvolvimento econômico, cultural e social. O que corrobora com o citado por Belik et al. (2009), em que as políticas estruturais podem modificar as bases sociais e culturais da população.



4 O CASO: PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES (PR)

O município de Capitão Leônidas Marques possui uma área territorial de 274,892 Km² com uma população de 14.970 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010. Localiza-se na região oeste do Paraná. Sendo a população residente no meio rural de 3480 habitantes (IBGE, 2012).

Ainda segundo o IBGE (2012), a população ocupada segundo as atividades econômicas de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura perfaz um total 1.998 indivíduos. Tendo rendimento anual da produção agrícola de R\$ 43.422.821,99.

A partir da nova determinação do PAE - Lei Federal 11947/2009, o município passa estruturar-se através dos atores sociais envolvidos no processo (Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Conselho de Alimentação Escolar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER) para executar a nova determinação através de estratégias de todas as instâncias.

Os atores sociais, não se apresentam apenas como receptores passivos de intervenção, porém como participantes ativos que permeiam informações e estratégias em suas negociações com múltiplos atores locais, bem como agentes e instituições externas (LONG, 2007).

Considerando os atores envolvidos, destaca-se que o fenômeno da proximidade social, citando Abramovay (2000), permite uma forma de coordenação entre esses, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de transformá-lo em base para empreendimentos inovadores.

Neste contexto, que as estratégias da adequação ao que refere a nova Lei do PAE de Capitão Leônidas Marques, não foram tratadas apenas como determinação, mas como “alívio” a preocupação proveniente de arenas já surgidas anteriormente através de dois vieses: o enriquecimento e a diversidade alimentar servida aos alunos e a necessidade de abertura de novos mercados aos agricultores familiares locais.



De acordo com informações da Secretaria de Educação do município, o primeiro ano de execução da nova determinação, foi o segundo semestre de 2010, onde através do processo de credenciamento houve projetos de 8 agricultores familiares, de ordem pessoa física, que forneceram: abobrinha, açúcar mascavo, alface, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, laranja, mandioca, melado, pepino, pêsego, repolho, tomate e uva.

O repasse do FNDE para a execução do programa em 2010 foi de R\$ 100.020,00, deste total apenas 8,26% foi gasto com produtos provenientes da agricultura familiar. Valor o qual não atingiu os 30%, porém pode se justificar devido à baixa adesão dos produtores as exigências do programa, final de ano letivo e por ser um novo mercado.

Este resultado pode ser compreendido quando levado em consideração que as ações humanas, num primeiro momento, podem estar vinculadas a simplesmente fatores de interesse imediato, e não aos internalizados em outros significados, o que corrobora com o citado por Corona (2011):

Nessa perspectiva, torna-se necessário orientar-se pelo olhar sobre os fenômenos sociais, privilegiando certos aspectos: os da história, que condicionam à cultura e às ações (habitus); os das situações sociais presentes no contexto das manifestações das ações humanas (espaço físico e social) e os aspectos do resultado das ações, o qual contém tanto os condicionamentos como as inovações e as esperanças ou antecipações presentes nas estratégias de reprodução social (CORONA, 2011, p. 139).

Salienta-se, que a partir do momento que as ações tendem a ser entendidas e articuladas, em que os resultados passam a ser benéficos e os agricultores identificam possíveis melhorias, os processos tornam-se formadores de sucesso. Isso se evidenciou na melhora na adesão dos agricultores ao programa no ano seguinte, que subiu de 7 para 10 agricultores.

Desta forma, em 2011 o PAE atendeu 1299 alunos, distribuídos em 7 unidades escolares. Em conformidade com esse número de estudantes o município recebeu para a execução do programa o repasse do FNDE de R\$ 93.900,00. Deste total, o comércio varejista forneceu 72,6% dos produtos para alimentação escolar,



enquanto que o restante 27,4% foi proveniente da agricultura familiar.

O primeiro processo de credenciamento do ano de 2011 contou com os seguintes alimentos: abobrinha, açúcar mascavo, alface, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve-flor, caqui, cheiro verde, doce cremoso, laranja pêra, mandioca, mamão, melado, pepino, repolho e tomate.

Na realização do segundo processo de credenciamento realizado no mês de setembro do mesmo ano, houve participação de 11 agricultores, dos quais, 5 haviam participado anteriormente. Os produtos adquiridos foram: acelga, açúcar mascavo, alface, batata doce, couve manteiga, cheiro verde, doce de frutas, laranja, mandioca, melado, feijão de cor, feijão preto, figo, pêsego, vagem e uva.

Somando os processos de credenciamentos desde o primeiro ano de execução da lei no município, participaram como fornecedores 17 famílias da agricultura familiar local. Os quais passaram a incorporar-se ao novo mercado institucional. No entanto, há uma oscilação dos fornecedores a cada ano, sendo que apenas 5 permanecem desde o início.

O processo de incorporação ao percentual estabelecido pela lei ainda não tem se alcançado sua totalidade, porém há perspectiva para crescimento e maior adesão a partir de alternativas e de enfrentamento de supostas dificuldades encontradas.

Neste sentido é que os atores sociais envolvidos no município devem buscar apoio para as dificuldades encontradas, que segundo registro da Secretaria de Educação são: a logística de entrega, oscilações e defasagens de preços, baixa diversidade alimentar, irregularidades na produção com necessidade de reformulação de práticas agrícolas, número inexistente de agroindústria familiar devido a dificuldade de legalidade e das exigências sanitárias.

No entanto, a nova determinação do PAE veio para contribuir ainda mais com a alimentação oferecida aos alunos marquesienses, pois são produtos vindos de procedência conhecida, além de incentivar os alunos a saborearem os produtos da “própria terra”, tem fomentado a produção familiar local, o que reflete no



fortalecimento dos mercados institucionais para esses agricultores.

Nesta mesma perspectiva, é relevante o elucidado por Triches et al. (2010):

Observa-se como resultados aparentes dessas novas relações uma modificação no nível do consumo de alimentos mais saudáveis e adequados no que diz respeito à aceitação dos alunos, uma revitalização como novas perspectivas de mercado para agricultura familiar, e um fomento às práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente. Vislumbram-se, com isto, sementes de um modelo de desenvolvimento que promove não só o crescimento econômico como também para justiça social, conservação ambiental e saúde pública (TRICHES et al., 2010, p. 944).

Esse modelo de desenvolvimento traz precedentes para aproximação entre produtor e consumidor, salientando a garantia de uma qualidade alimentar associada a valores culturais e sociais que interferem diretamente na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início da sociedade industrial, a agricultura segue pressionada frente à modernidade e a sociedade de consumo sem medir os impactos, formando assim uma arena de problemas. Nesse cenário, o consumo e a formação de hábitos alimentares têm causado significantes preocupações em uma parcela elevada da população.

As condições socioculturais do meio agregaram um novo valor ao consumo de alimentos, criando um afastamento entre produtor e consumidor. Neste axioma, a idéia genuína de produto da terra perde seu valor. O processo de insegurança alimentar então se torna um condicionante de debates, os quais remetem ao entendimento de que a humanidade deve caminhar para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

As políticas alimentares como o caso do Programa de Alimentação Escolar, passam então a repensar valores e proximidade das relações, o que possibilita uma maior interação entre os atores envolvidos. A criação de novos mercados para



agricultura familiar, trazidos pela Lei Federal nº 11.947/2009, instala perspectivas de novas relações sociais.

Nesta perspectiva, o PAE tem a oferecer uma melhor incorporação do reconhecimento da necessidade de hábitos alimentares saudáveis, propiciando um encontro de sabores e saberes. A agricultura familiar passa a ter abertura de um novo canal de comercialização, fomentando a produção familiar local, fortalecendo os mercados institucionais para os agricultores, além de incentivar os alunos a saborearem produtos mais saudáveis e de procedência conhecida, propiciando a aproximação da Segurança Alimentar e Nutricional.

O caso do PAE de Capitão Leônidas Marques, tem mostrado evidências de superação para o alcance dos 30%, reaproximando o consumidor ao produtor, gerando o fortalecimento e desenvolvimento regional. Porém ainda há necessidade de sanar os problemas, inovar e buscar uma relação digna da ótica de sociedade imbuída de valores com o meio em que se vive.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abril/junho 2000.

_____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 2004.

BANCO MUNDIAL/FAO. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 – Agricultura para o desenvolvimento**. Banco Mundial: Washington. DC, 2008.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BELIK, Walter; GRAZIANO DA SILVA, José; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**. v.15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho de Deliberativo. **Resolução nº01**, de 16 de Janeiro de 2003.



_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Formação pela Escola** - módulo PNAE. 2 ed. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em: 25 abr. 2012.

BRANDÃO, Clara T. **Alimentação Alternativa**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 1995.

CASCUDO, Luís da C. **História da Alimentação no Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Global, 2004.

CORONA, Hieda Maria P. A agricultura familiar na RDC: um olhar sobre a relação ambiente e sociedade a partir da comunidade de Mergulhão. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 16, n. 3, p. 138 – 156, set/dez, 2011.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Icone, 1985.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London (UK), v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FROELICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”; os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois irmãos e Tapes (RS)**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOODMAN, David. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p.1-7, 2003.

GOMES JUNIOR, Newton. **Segurança Alimentar e Nutricional como Princípio Orientador de Políticas Públicas no Contexto das Necessidades Humanas Básicas**. 2007 Tese (Doutorado - Políticas e Gestão Ambiental), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 01 jun. 2012

LEIS, Hector Ricardo. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo/Blumenau: Editora Gaia/Furb, 1996.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada en los actores. Mexico: COLSAN/CIESAS, 2007.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em 26/09/2011.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flavia Charão; ZANETTI, Candida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**. Campinas, v.21, p. 145-158, jul/ago. 2008.

PERONDI, Miguel Angelo. Mercantilização da Agricultura Familiar. In: BASSO, D.; SCARIOT, N. (Orgs.). **Gestão da Unidade de Produção e Vida Familiar**: gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo. 1 ed. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2009, v. 1, p. 11-26.

POUPEL, Rafael O. **Hábitos Alimentares, Nutrição e Sustentabilidade**: Agroflorestas Sucessionais como Estratégia na Agricultura Familiar. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. Trad. Ariane Breyton. In: RAYNAUT, C. e ZANONI, M. (org.). **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente** Nº 1. Curitiba: Editora da UTFPR, 1994. p. 47 – 62.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia**. Anuário Antropológico 87. Editora da UNB, 1990.

